

Governador diz que apoiará projeto de carro elétrico da Unicamp

Luiz Roberto Saviani Rey
 Diretor Editorial do Correio Popular
Edmarcio A. Monteiro
 edmarcio.augusto@rac.com.br
Wilson Tietz
 Diretor da Gazeta de Piracicaba

O governador Rodrigo Garcia, candidato do PSDB ao Palácio dos Bandeirantes, anunciou o apoio ao projeto da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) para carros elétricos a célula de combustível produzidas a partir do etanol. Para ele, a tecnologia inédita no mundo é o caminho para o país atingir o desenvolvimento econômico e sustentável, cumprindo as metas de zerar as emissões de gás carbônico, um dos causadores do efeito estufa.

O projeto da Unicamp foi divulgado pelo Correio Popular e três fabricantes de automóveis demonstraram interesse em avaliar a produção comercial do reator químico desenvolvido pelos pesquisadores. Nessa entrevista, a convite do presidente-executivo do Correio Popular, Italo Hamilton Barioni, o governador Garcia também aborda outros temas, como o Hospital Metropolitano, desenvolvimento econômico e acirramento da polarização nas eleições deste ano.

Para o governador, após o pleito de outubro, é preciso um grande pacto nacional para discutir as grandes questões nacionais e criar condições para o Brasil entrar em um ciclo virtuoso de desenvolvimento. Confira abaixo a entrevista completa.

Como o senhor entrou na vida pública?

É uma história longa que vou tentar resumir. Eu venho do interior de São Paulo, digo que sou VII^o (vindo do interior paulista), nasci em Ianaíba, o filho mais novo de quatro filhos de um antigo industrial lá região. Praticamente mori na minha infância e adolescência em São José do Rio Preto. Depois fui para São Paulo para fazer meus estudos e aí entrei na política, na campanha de Mário Covas em 1994. Na época, me filiei ao PFL, ao Partido da Frente Liberal, em uma época que não era fácil ser liberal. Naquela ocasião, o PFL fez a junção com Fernando Henrique Cardoso e indicou Marco Maciel na candidatura nacional, no início do Plano Real. Em São Paulo, também apoiou a Mário Covas e, para minha surpresa, ele ganhou a eleição. Na época, o partido participou do seu governo, e eu fui convidado para ser secretário executivo da Secretaria da Agricultura. Então, muito jovem já ocupei um importante e aprendi muita coisa naquele início de governo.

Naquela época, atuar no governo é diferente do que é hoje?

Era um momento diferente do Brasil, não tinha a Lei de Responsabilidade Fiscal, a contabilidade pública não era parecida nem de longe com que é hoje. Eu falo que você tinha dentro do sistema orçamentário do Brasil a possibilidade de antecipar receitas orçamentárias. Os governadores e os prefeitos iam aos bancos públicos, entregavam o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) que seria arrecadado dali dois, três anos, e como se fosse um desconto de duplicata, uma antecipação de receita, e o Estado de São Paulo passava uma situação muito difícil. Foi quando veio a estabilidade econômica, monetária e os governos fizeram grandes entendimentos de dívida pública, foi iniciado o processo de quebra de monopólio no Brasil, a venda de estatais e enxugamento de máquina pública. Eu vivi de perto tudo isso muito jovem. Com 24 anos, disputei minha primeira eleição já como deputado estadual e tive a satisfação de me eleger. De lá para cá, não parei mais e são 24 anos de mandatos consecutivos, três mandatos como deputado estadual, dois como deputado federal e o de vice-governador, agora na cadeira de governador. Estou na disputa da minha sétima eleição consecutiva.

Como foi sua experiência no Legislativo?

Nesse período todo, fui adquirindo experiência porque passei por todos os cargos na Assembleia do Estado: presidente de comissão, líder de bancada até ser presidente da Assembleia, isso 17 anos atrás, quando era muito jovem, tinha 30, 31 anos de idade. Na Câmara Federal também passei por vários cargos até a liderar a bancada do meu partido, que tinha mais de 41 deputados. Durante esse período, várias vezes me licenciou o cargo de deputado para ocupar cargo no Executivo. Fui secretário de Gestão da Prefeitura de São Paulo, secretário de Desenvolvimento Social do Estado, de Desenvolvimento Econômico, que além de buscar atrair investimentos, cuida do sistema universitário do Estado, USP, Unesp, Unicamp, Fapesp, Etec, Fatesp. Depois fui secretário de Habitação. Como vice-governador, também fui secretário de Governo, que faz a gestão geral do Estado, por onde a gente controla todas as políticas públicas de São Paulo. Eu digo que eu me tornei um clínico geral na política, por conta da experiência do Legislativo, e na gestão pública, passando por áreas importantes e estratégicas do Estado até chegar aos meus 48 anos como governador.

Apesar dessa experiência que o senhor destacou, é a primeira eleição para o Executivo que o disputará diretamente. Quais os desafios que tem pela frente, o que muda na sua visão de governo?

É preciso entender que eu vou disputar a eleição do Estado mais desenvolvido do Brasil, que isso repercute no restante do país. Vou procurar, no processo eleitoral, mostrar essa história, mostrar o que fiz com acertos e erros e, principal-



O governador Rodrigo Garcia, candidato do PSDB ao Palácio dos Bandeirantes, participa de entrevista e sabinata com empresários no auditório do Correio Popular

ENTREVISTA

Carro elétrico da Unicamp encanta governador de SP

Rodrigo Garcia está empolgado com esta invenção inédita campineira



Rodrigo Garcia confirma que a prioridade do Estado continua sendo a saúde pública

mente, o que eu pretendo fazer por São Paulo. Quando a gente assumiu ao lado do Dória [ex-governador João Dória] em 2019, conseguimos fazer um enxugamento de máquina pública. Isso proporcionou que hoje São Paulo tenha o maior investimento público da história, são mais de R\$ 50 milhões em contratos na área de desenvolvimento, na área de obras e também na área social.

Como o senhor explica todo esse volume de recursos que estão sendo repassado para os municípios?

São escolhas que a gente fez. Lá trás, quando a gente comecei esse enxugamento de máquina forte, a gente fechou várias estatais. Posso citar um exemplo, como a Empresa Metropolitana de Planejamento Urbano, a Emplasa, estatal na década de 70 foi responsável pela Região Metropolitana de São Paulo, por sua organização. Ela cumpriu um papel em algum momento, mas, quando a gente assumiu, gastava quase R\$ 80 milhões por ano para fazer serviços que hoje você contrata na iniciativa privada muito mais barato. Esses e outros recursos ficaram disponíveis para o governo investir onde tem que estar presente e ninguém faz, a saúde, segurança, educação e estradas, o que nos permitiu fazer o maior investimento público da história de São Paulo. Esses investimentos são nas cidades, com os prefeitos, prefeituras, sociedade civil organizada onde tem que se tem que aplicar o dinheiro.

Na campanha eleitoral, o senhor tem batido dois pontos principalmente, a briga ideológica e o fato de ser de São Paulo. Quais as vantagens e as desvantagens que vê nisso?

A briga ideológica e política não está fazendo bem ao Brasil. A polarização sempre existiu, a gente não pode esquecer que nos últimos 32 anos, se olhar os resultados das eleições, você tem dois candidatos que têm 90% dos votos. Mas, nós estamos assistindo é uma radicalização dessa polarização e isso é ruim, na minha opinião, para o país. Eu brinco que isso ocorre no Campeonato Brasileiro, não no Paulista. A discussão ideológica não resolve os problemas reais que a população está passando. Eu quero deixar São Paulo longe dessa briga ideológica, porque aqui a gente tem que discutir os problemas reais de São Paulo. A minha briga não é com meus adversários, eu vou debater com eles, contar as minhas diferenças em relação a eles, acredito que eu sou melhor para São Paulo do que eles. Isso é do jogo democrático, mas não vou ficar brigando com eles porque eu tenho que brigar contra aquilo que acho que não está certo em São Paulo.

Mas o senhor considera fundamental ser do Estado para disputar o governo paulista?

Não é preciso ser nascido, mas ter vivência. Muitas pessoas vieram para cá e ajudaram o Estado a ser construído, ter enraizamento. Se você pretende governar é fundamental que seja esco-

lhido no Estado em que escolheu para fazer a sua vida, porque isso vai lhe dar a melhor interpretação dos problemas que São Paulo tem. Eu não vou em nenhuma cidade, seja Charqueada, Piracicaba ou Campinas, onde não encontre alguém que fez parte dessa minha trajetória. Então, a vivência é importante para você ser um bom intérprete das demandas do momento.

Depois de muitas décadas, o PSDB não terá candidato à Presidência da República. Como será sua relação com os candidatos que postulam o Palácio do Planalto durante as eleições e após o pleito, seja quem for o eleito?

Nós conseguimos construir a maior coligação de São Paulo e isso me permite dar o palanque a quem meu partido apoia, a candidata Simone Tebet [MDB], em nível nacional, com a Mara Gabrilli [PSDB]. Isso me permite que o Geninho [deputado federal Geninho Zulliani], nosso vice-governador, dê palanque para a senadora Soraia ITRONCKE, do União Brasil. Isso permite a gente tenha dentro da nossa coligação partidos que estão apoiando o presidente Bolsonaro, como o Progressista, e isso permite ter partidos que estão apoiando o presidente Lula, como o Solidariedade. Nós conseguimos construir aqui em São Paulo a melhor via para o Estado, porque todos os espectros políticos estão na minha coligação. Se for escolhido para continuar governando São Paulo, vou dialogar com quem for escolhido para governar o Brasil, primeiro porque é assim que determina a nossa Constituição, a harmonia entre os poderes e a harmonia entre a Federação. Segundo porque o Brasil tem tudo, menos tempo para crescer. Passado o período eleitoral, é preciso um grande pacto nacional para que o Brasil possa encontrar o caminho do desenvolvimento. O governador de São Paulo tem um papel preponderante nisso. É preciso um diálogo nacional para que a gente consiga estar juntos numa agenda mínima de crescimento, nós vamos precisar de harmonia no próximo mandato. Se São Paulo estiver bem, o Brasil tem chance de ir bem. Se São Paulo estiver mal, o Brasil não tem chance de ir bem.



A briga ideológica e política não está fazendo bem ao Brasil. A polarização sempre existiu, a gente não pode esquecer que nos últimos 32 anos, se olhar os resultados das eleições, você tem dois candidatos que têm 90% dos votos. Mas, nós estamos assistindo é uma radicalização dessa polarização e isso é ruim, na minha opinião, para o país. Eu brinco que isso ocorre no Campeonato Brasileiro, não no Paulista. A discussão ideológica não resolve os problemas reais que a população está passando.

Vindo para a seara regional, um projeto que está sendo discutido com o governo estadual é a construção do hospital metropolitano. Como está essa questão?

Depois da pandemia, a prioridade do Estado continuará sendo a saúde, primeiro porque as pessoas precisam, mas também porque a população viu que, durante o pior momento da pandemia, São Paulo deu conta do recado, passou de 3.500 leitos de UTI para 14.000. Isso não foi feito só com dinheiro, mas com comprometimento da equipe, com mão de obra qualificada, enfermeiros e médicos que, enquanto todo mundo estava se protegendo mesmo sem vacinas, estavam lá salvando vidas. A gente viu as principais cidades do mundo sucumbirem na pandemia. Não acho que faltou dinheiro em Nova York, em Milão ou em Paris, mas eles não tiveram a capacidade que o nosso Estado teve de se organizar e se preparar para enfrentar a pandemia. São Paulo já é hospital do Brasil. O sistema de saúde de São Paulo tem hospitais municipais que dialogam com os filantrópicos, que dialogam, de alguma maneira, com os privados. Então, se olhar o sistema hospitalar em São Paulo, são 700 unidades. A gente trabalha em rede, seja no HC aqui [Hospital de Clínicas da Unicamp], no hospital de Sumaré, seja no Hospital no Zilda Arns, lá de Piracicaba. Hoje em São Paulo nós temos algumas regiões o que a gente chama de vazios assistenciais, que a gente procurou corrigir e estamos construindo hospitais lá em Franca, em Cruzeiro, em Barueri. Em outras regiões se tem a necessidade de ampliar a oferta de leitos, seja no Alto Tietê ou na região de São João da Boa Vista. Na Região Metropolitana de Campinas, nós estamos numa fase de estudos do Hospital Metropolitano, como a gente está chamando para não confundir com o nosso HC. Tem área já pensada para isso e a nossa equipe da DRS (Departamento Regional de Saúde) está estudando a melhor forma de fazer um equipamento novo ou de ampliar o equipamento existente. Isso é feito com diálogo com todas as prefeituras.

O que está sendo feito para acabar com as filas de 540 mil cirurgias eletivas no Estado que foram adiadas por causa da pandemia?

A covid foi importante para a gente testar o sistema de saúde privado. Nós estamos comprando cirurgias da iniciativa privada, que está, muitas vezes, mais lotada do que a pública. Depois da pandemia, estamos fazendo um mutirão para realizar as 540 mil cirurgias que estão atrasadas, aqui são 71 mil. A capacidade do Estado são 25 mil cirurgias por mês. Mantido esse ritmo, a gente vai levar três, quatro anos para acabar com a fila. Tivemos a ideia e vamos comprar os serviços da iniciativa privada pagando o dobro da tabela SUS (Sistema Único de Saúde) para 54 tipos de cirurgias. Mas, nós não estamos conseguindo comprar no volume que a gente queria. Nós já conseguimos um número de mais ou menos 78 mil cirurgias, mas o dinheiro está reservado para comprar 300, 400, 500 mil, quantos precisarem.

Mas como fica a proposta do Hospital Metropolitano dentro desse contexto?

Hoje a gente também tem um diagnóstico claro do sistema privado da região, do sistema filantrópico. Para que a gente consiga calibrar a ideia do novo Hospital Metropolitano, antes dele virar um reforço nos hospitais filantrópicos, o que já foi iniciado no meio da pandemia. Nós colocamos 50% a mais de dinheiro no sistema das Santas Casas. Antes, a gente apontava 120 hospitais, hoje são 200. Quando você vai para vida real e pega a Santa Casa aqui de Campinas não é diferente, são problemas de documentação, dificuldade de contratação, de intervenção. Dos 300 hospitais filantrópicos, conseguimos incluir 200 e aumentar os serviços para a população. Mas ainda faltam 100. Um grande objetivo é aumentar mais recursos do Estado para os filantrópicos porque eu faço isso do dia para noite e isso atende mais rápida a população. Para a gente tirar Hospital Metropolitano do papel, é um projeto de três, quatro anos, de médio prazo. Enquanto planejamos o médio prazo, temos que fazer o curto prazo. Eu já avisei todo mundo que eu não vou ficar discutindo o Hospital Metropolitano como se fosse uma promessa de campanha, vou discutir a maneira muito concreta a importância dele para complementar oferta de leito aqui na região, que é a segunda maior região metropolitana depois da capital.

O senhor tem colocado que no ano passado São Paulo foi responsável por 42% de tudo o que foi produzido no país, ou seja, foi o Estado que fez o Brasil andar. Como o senhor vê a crise econômica que o país atravessa e o que espera para o ano que vem?

Nós temos um desafio muito grande nos próximos quatro anos. São Paulo cresceu muito, nesses últimos três anos nós crescemos cinco vezes mais do que o Brasil. Isso proporcionou a volta dessa grande participação de São Paulo na arrecadação federal. Mas São Paulo sozinho é um ente subnacional. A máquina da política econômica não está na mão do governador, está na mão do Presidente da República e do Ministério da Economia. Os próximos quatro anos serão desafiadores, mas de muita oportunidade. Na minha opinião, a covid-19 foi a oportunidade para reorganizar as cadeias produtivas do mundo inteiro, mostrou para os países que a concentração de manufatura basicamente em dois países no mundo, China e Índia ao longo dos últimos 30 anos, talvez não tenha sido a melhor escolha. Nós estamos começando a ver um movimento de reorganização dessas cadeias produtivas do mundo e vamos ter planta em várias partes do mundo. Na América Latina, São Paulo é o principal território que poder se habilitar a receber esses grandes investimentos.

Como São Paulo está se preparando para isso?

Por exemplo, o gás que hoje a gente usa é o boliviano. Mas São Paulo vai ser um dos grandes

ENTREVISTA

Rodrigo Garcia prega a união do país pós-eleição

Para o governador de SP, é preciso criar condições para Brasil crescer



Rodrigo Garcia confirmou que o Estado tem dinheiro para comprar quantas cirurgias forem necessárias para zerar a fila de procedimentos resposados



O governador Rodrigo Garcia, candidato ao Palácio dos Bandeirantes, esteve no auditório da RAC, onde concedeu entrevista ao Correo Popular e participou de sabinata com empresários

produtores de petróleo do Brasil com o pré-sal na Bacia de Santos. Hoje, a gente extrai o petróleo e o gás é reinjetado porque não tem sistema para subir o gás pela Serra [DO MAR] e distribuir para as indústrias. Essa previsão era para 2029, mas nós antecipamos o gasoduto. Já temos o licenciamento ambiental e estamos executando a obra. O gás chegará mais barato e naturalmente entrará no sistema de distribuição para as regiões metropolitanas de São Paulo de Campinas. Mas, o restante do estado vai se beneficiar com isso mesmo que não acesse o gás. Quando fizermos a substituição da matriz energética das indústrias, a energia que era usada vai sobrar no sistema e as empresas que usam poderão comprar mais barato por causa da concorrência. Também estamos investindo na área logística para ter uma infraestrutura que aumente nossa competitividade. A construção de um trecho de 20 quilômetros ligando Cajamar a Rodovia Castelo Branco, por exemplo, vai tirar os veículos que hoje estão em Jundiá e precisam passar pelo Sistema Anhanguera-Bandeirantes e pegar o Rodoanel para chegar até a Castelo. Temos tudo isso mapeado em todo o Estado e estão sendo feitas obras em Ribeirão Preto, Presidente Prudente, Marília e em outros locais. O governo está fazendo o maior investimento da sua história no DER (Departamento de Estradas de Rodagem), são 11,500 km de obras contratadas para melhorar a infraestrutura rodoviária ou construir novas estradas. São R\$ 500 milhões em investimentos para melhorar a área logística para o que vem pela frente. São Paulo precisa mostrar suas vantagens competitivas para o mundo nesta oportunidade que nós teremos nos próximos quatro anos para atrair os grandes investimentos para cá.

No campo das pesquisas, quais as oportunidades do e senhor vê?

Eu tenho escutado muito sobre o carro elétrico e eu vou ser um governador que defenderá esta tecnologia. A Unicamp está desenvolvendo a célula de combustível a partir do etanol. Para

tentável, que tem 28% de cobertura vegetal e isso não é pouca coisa. O desenvolvimento precisa ser baseado nesses três eixos: desenvolvimento econômico, social e sustentável.

Como redução do ICMS feita pelo governo federal afetou o Estado e os repasses para os municípios?

Todo esforço que você puder fazer neste momento para não onerar ainda mais o custo de vida tem que ser feito. Só que você tem que saber os instrumentos que usa para que depois essa conta, lá na frente, não fique maior. São Paulo fez dentro da responsabilidade fiscal que tem. Nós conseguimos fazer adequação dos impostos nas áreas de combustível e energia e também na de telecomunicação, mas é o da gasolina que fica mais famosa. Este ano nós temos uma perda prevista de mais de R\$ 5 bilhões, que poderiam comprometer os investimentos do Estado. Ao mesmo tempo que nós tomamos a decisão de ajudar na redução do custo de vida, nós fomos ao Supremo discutir o pacto federativo, que pressupõe que os Estados têm responsabilidades e têm impostos para financiar. Os municípios têm outras responsabilidades e outros impostos, a União tem outras responsabilidades e outros impostos. Al disseram que eu tenho que reduzir imposto, mas não me tiraram nenhuma responsabilidade. O Supremo disse que tem que compensar via redução da dívida pública. Hoje, temos uma liminar para que São Paulo e vários outros Estados possam descontar o que estão deixando de arrecadar do pagamento da dívida pública. Então, o Supremo colocou um pouco as coisas do seu devido lugar. Acredito que, passado o período eleitoral, nós vamos ter condições de ter uma discussão sem estar a flor da pele do que é racional para o próximo período. Nós queremos manter o imposto reduzido, mas fazer isso com responsabilidade fiscal.

Qual o seu hobby, o que faz para aliviar o estresse?

Se precisar saber, eu torço para o Santos. Eu sou casado com a Luciana, que também é de Rio Preto, há 27 anos e temos três filhos. O meu lazer predileto é ficar com a minha família, ficar com os meus filhos, dar uma volta no meu Fusca 69, gosto de levar meus filhos para passear. Também gosto do campo, da área rural, de cavalo. Eu gosto muito disso, de ter contato com a terra e sempre na companhia dos meus filhos, que me fazem feliz.



Rodrigo Garcia disse que defenderá a tecnologia desenvolvida pela Unicamp para o carro elétrico



Empresários da região de Campinas acompanham a entrevista do candidato do PSDB ao governo paulista, governador Rodrigo Garcia, concedida ao Correio Popular, onde tiveram oportunidade de fazer perguntas

Edimarcio A. Monteiro
edimarcio.augusto@rc.com.br

O candidato do PSDB ao governo paulista, o governador Rodrigo Garcia, defendeu uma reforma tributária no país, com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) passando a ser recolhido onde o ocorre o consumo. O tucano considera que São Paulo será beneficiado com a mudança, apesar de concentrar a maior produção industrial do Brasil.

Esse é um dos temas abordados por ele em visita ao jornal Correio Popular, onde foi recebido pelo presidente-executivo do jornal, Italo Hamilton Barioni. O encontro foi acompanhado ainda por empresários, que tiveram a oportunidade de fazer perguntas a Garcia. Entre os convidados estavam o advogado e empresário Fernando Quercia; o presidente da Associação das Empresas Setor Imobiliário e da Habitação de Campinas (Habicamp), Francisco de Oliveira Lima Filho; e o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo de Campinas (Recap), Emílio Roberto Martins.

Também participaram do encontro o prefeito de Descalvado, Antonio Carlos Reschini (PL); o advogado Pedro Maciel, membro do Conselho de Administração da Sociedade de Abastecimento e Água (Sanasa); o fisioterapeuta Nivaldo Baldo; Jorge Rached, representante da comunidade árabe de Campinas; o professor de Relações Internacionais Ali El-Khatib; da superintendente do Hospital de Clínicas da Universidade Estadual de Campinas, Elaine Cristina de Ataíde; da diretora do Departamento Regional de Saúde de Campinas (DRS-7), Fernanda Penatti Vasconcelos; além de outros convidados.

Wilson Tietz, diretor da Gazeta de Piracicaba: Para São Paulo receber investimentos, é preciso que o país tenha regras claras. Porém, a todo momento passa por mudanças tributárias, de legislação trabalhista, ambiental. Como o senhor vê essa situação e o que fazer para ter regras claras?

Eu acho que quanto mais simplificado seja o nosso sistema, mais segurança jurídica. Para não ficar no geral, vamos falar da legislação do ICMS [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços], que é esquizofrênica. A gente toda hora perde empresa para lá, ganha empresa, mas o saldo é positivo. São Paulo cresceu cinco vezes mais do que o país. Porém, essa legislação ICMS premia a guerra fiscal, que não distribuiu riqueza no Brasil. Olha o ranking dos Estados lá atrás e olha hoje: não mudou praticamente nada. Então, é uma falsa competitividade, é uma falsa eficiência. Nenhuma eficiência de chão de fábrica paga 10% de desconto de ICMS. Então, a fábrica sai daqui vai para lá, sai de lá vem para cá e não deixa riqueza onde ficou e é obrigada a fazer isso para sobreviver. Eu acredito muito que existirá a reforma tributária no início do próximo governo por uma razão muito simples: não dá mais para gente seguir adiante do jeito que está. A rediscussão do pacto federativo virá com a reforma tributária. Precisamos fazer uma primeira mudança que no mundo desenvolvido existe: você não tributa produção, mas o consumo. Essa mudança vai ser essencial para acabar com essa guerra fiscal. Podem dizer que São Paulo é exportador líquido e nós vamos perder receita se a gente fizer isso. Como o governador de São Paulo, vou defender porque eu tenho convicção, junto com a nossa equipe, que vou criar um ciclo econômico vir-

SABATINA

Rodrigo Garcia defende ICMS cobrado no destino

A empresários da RMC, governador diz que São Paulo se beneficia com mudança

tioso no Brasil. E se for virtuoso para o Brasil quem é o Estado que mais vai se beneficiar? São Paulo. É natural que eu preciso fazer isso com responsabilidade fiscal, com uma transição de cinco anos que a gente se organizar, mas São Paulo vai ser o grande beneficiado na virada de chave do sistema tributário. A reforma talvez seja a solução para essa briga que existe hoje de pacto federativo, de ICMS do combustível, de ICMS modal. Abrir o próximo mandato com a discussão de reforma tributária, seja com o presidente que for, seja com os governadores que forem escolhidos, é o primeiro passo para simplificar as coisas do Brasil.

Fernando Quercia, advogado e empresário: Havendo essa reforma como o governo se comportaria com a questão da substituição tributária?

A substituição tributária cumpriu um papel importante lá atrás. Hoje, ela tem ainda um papel importante, eu diria, naquelas atividades pulverizadas, deixou de ter aquelas atividades concentradas. O Felipe Salto, que é o novo secretário de Fazenda de São Paulo, para mim, da nova geração é quem mais entende de despesa pública no Brasil, já está estudando internamente como é que a gente faz esse deseneixe da substituição tributária em alguns setores, mantendo em outros. Então, acho que veio lá atrás para resolver um problema e ficou. Ele veio para justamente resolver o problema da guerra fiscal e ficou, mas não resolveu e está no sistema tributário estadual. Se a gente mudar para a cobrança para origem, na minha opinião, muda tudo. Eu vou te dar outra opinião: o brasileiro não tem a menor ideia de quanto paga de imposto porque não está destacado. Quando você viaja para o exterior, vê lá o imposto na nota. Provavelmente, o imposto destacado dará ao brasileiro a condição de cidadão, dará a ele a condição de começar a comparar os governos: São Paulo cobra tanto, outro cobra menos. Ah, ele vai mobilizar a área política por uma reforma tributária com redução de máquina pública, com redução de imposto. Quando você tiver o imposto destacado, haverá uma mobilização maior pela eficiência de gestão pública.

Emílio Roberto Martins, presidente do Recap: A redução e unificação da alíquota de ICMS dos combustíveis combatu as fraudes tributárias, principalmente nas cidades nas divisas dos Estados, mas vai criar um problema sério lá na frente de adulteração de combustível no Brasil inteiro, no Estado de São Paulo e em Campinas não é diferente. Está havendo invasão do metanol nos postos, que é cancerígeno, que é extremamente nocivo, que mata, cega. Quais as providências que o senhor está tomando para combater esse tipo de ação?

Como o governador de São Paulo, vou defender porque eu tenho convicção, junto com a nossa equipe, que isso vai criar um ciclo econômico virtuoso no Brasil. E se for virtuoso para o Brasil quem é o Estado que mais vai se beneficiar? São Paulo

Nós temos um problema sério de sonegação e agora, como você está colocando, essa questão da adulteração. A Secretaria da Fazenda se organiza para combater a sonegação, mas infelizmente, há limitações da Justiça que mantiveram sonegadores contumazes praticando a venda de combustível em São Paulo. A questão da adulteração é com a polícia, a Secretaria da Justiça, é um outro tipo de ação que não só a fazendária. Vou pedir atenção total para isso que nos relata. É óbvio que nossos órgãos de inteligência identificaram isso. Há também muita lavagem de dinheiro do crime organizado. Vamos reforçar a segurança, com adulteração sendo um efeito colateral da redução da segregação. É muito bom esse alerta de vocês.

Francisco de Oliveira Lima Filho, presidente da Habicamp: A casa própria é o produto que mais ativa a economia, gera empregos. A região de Campinas tem um déficit de 75 mil unidades e 17 mil áreas de risco. Como acabar com isso?

É preciso muito investimento e crescimento econômico. Eu falo que o déficit habitacional do Brasil vai acabar quando o país crescer e as pessoas tiverem salário suficiente para comprar sua casa própria. Eu fiquei quatro anos como secretário de Habitação e batemos recorde de entrega de casas, viramos a chave do sistema do Brasil, que é o único estado

do Brasil que destina 1% do ICMS para a habitação de interesse social. Juntei com os programas do Fundo de Garantia, o Minha Casa Minha Vida, e nunca entregamos tanto e nunca contratamos tanto. O governo federal parou o Minha Casa Minha Vida faixa 1, entregou 30 mil unidades neste período de mandato e não contratou nada. Nós vivemos só com o nosso ICMS e conseguimos viabilizar mais de 200 mil unidades. Não há como a gente continuar desse jeito. Eu falo que habitação, casa é sonho de família e emprego na veia. Então, o que é preciso para resolver isso é o crescimento econômico e, óbvio, recursos do Estado. São Paulo tem um déficit de 1,2 milhão de casas e 3 milhões de pessoas vivendo em condições inadequadas. Se a gente pegasse os R\$ 717 bilhões que aqui que a gente manda para o governo federal e voltassem uns 10% durante uns três, quatro anos - hoje volta apenas R\$ 47 bilhões -, a gente resolveria esse problema. São Paulo sustenta o benefício fiscal do Brasil inteiro, com dinheiro de São Paulo que muitas vezes beneficia os ricos de outros Estados. Eu estava na Motorola, quem tem uma briga com Manaus. Qual é o custo do emprego na Zona Franca de Manaus no Brasil? É mais de R\$ 200 por ano por emprego de desoneração fiscal. Será que uma zona industrial no meio da floresta é o adequado para você ter sustentabilidade? É um modelo completamente errado e o dinheiro de São Paulo que sustenta isso. Eu falo que é preciso redistribuir bem o Brasil e ter prioridades. Casa própria e emprego, não é só a mola propulsora. Eu acho que é o maior sonho da família brasileira.

Ali El-Khatib, professor de Relações Internacionais: Qual é a política do governo do Estado para os direitos humanos dos refugiados, não só os árabes, mas também africanos e pessoas do mundo inteiro?

Principalmente a América Latina, que hoje é o nosso principal fluxo de imigração. Nós temos a Secretaria da Justiça que faz todo esse trabalho enquanto ente subnacional, procurando orientar e organizar um pouco o emprego formal deles. O Estado muitas vezes enxerga pouco isso porque a clandestinidade prevalece muitas vezes nessas ligações. A gente está atuando fazendo algumas operações em confecções. Tem muito problema para resolver para quem já vive aqui e para quem está vindo para cá. Vamos procurar nunca fechar os olhos para esses problemas. Eu digo que o estado de São Paulo não está perfeito, como a nossa vida não é perfeita. Mas nós temos um Estado onde as coisas funcionam e o Estado é organizado. O fundamental é que a gente tenha a noção dessa agenda para os próximos quatro anos e, com isso, executar e colocar em prática os projetos.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Página:** 4, 5 e 6